

# Comentários sobre a noção de verdade nas conferências sobre o pragmatismo de W. James

Marcelo da Silva Alves Pires

## Apresentação do problema

Uma das primeiras tarefas da epistemologia – como uma tentativa de resposta às alegações céticas de que nenhuma de nossas crenças, teorias, ou qualquer proposição de verdade, estaria mais objetivamente justificada como provavelmente mais verdadeira do que sua negação – é demonstrar se nossas crenças podem ser justificadas, e, em caso afirmativo, de que maneira. Para Kirkhan (2003), ao se preocupar com a verdade das crenças, a epistemologia se depara com importantes questões, entre as quais destaco: o que é a verdade? O que significa para algo ser verdadeiro? Quais critérios deveriam distinguir o que é verdadeiro do que é falso? Ao longo da história da filosofia e das ciências, diversas posturas filosóficas buscaram oferecer caminhos ou respostas a estas perguntas, defendendo a legitimidade ou não da busca pela verdade enquanto empreendimento científico-filosófico, e, em caso positivo, que lugar a busca pela verdade teria dentro do projeto epistemológico e de que forma e a partir de que critérios deveríamos julgar a verdade ou falsidade de uma proposição, crença ou teoria. O pragmatismo, em sua auto-atribuída missão de oferecer critérios para dirimir embates metafísicos, oferece uma tentativa de responder a estas questões, apresentando um tipo particular e importantemente controverso de postura epistemológica e de critérios de assunção de verdade.

A apresentação do pragmatismo, e aqui irei tratar especialmente do projeto de William James, sofre severas críticas, especialmente,

como se refere Abe (1991) a de que é pouco precisa e de que carece de rigor científico, relativizando por demais o conceito de verdade. Aliado a isto, descrições comuns, seguindo a tendência “manualista” de por teorias em “gavetas” categoriais, retratam o pragmatismo como eminentemente subjetivista, relativista e anti-realista, além, como dito, de pouco ou nada criterioso no que se refere a assunção de verdade a respeito de crenças e teorias, a partir de um entendimento simples que tenta mostrar que James teria defendido que a verdade era determinada pela simples utilidade e satisfação pessoal que uma ideia tivesse para alguém, não havendo em James qualquer traço de objetividade, de rigor, e de responsabilidade intelectual. Estas simplificações e confusões a respeito das teses centrais de James podem estar relacionadas às confusões descritas por Kirkham (2003) com as quais se depara a epistemologia e às quais James não escapa, como: não ser claro e consistente, tornando sua teoria da verdade de difícil entendimento; e o uso de diferentes definições em diferentes momentos para os mesmos conceitos. Tomando como exemplo a questão da utilidade levantada por James como critério de verdade (ou melhor, de justificação de uma crença), Kirkham encontra alguns sentidos possíveis para este termo, como: uma crença é útil quando nos ajuda a manejar objetos do mundo; uma crença útil permite uma comunicação bem-sucedida com nossos iguais; uma crença é útil quando explica ou ajuda a explicar outras ocorrências. Outro exemplo é sua posição em relação ao seu projeto sobre a verdade. De um lado o pragmatismo diz não explicar o que a verdade é, mas somente como se chega a ela (projeto de justificação). De outro lado diz que faz as duas coisas, dizendo o que é a verdade (projeto metafísico) incidentalmente para nos dizer como chegamos até ela. Apesar de Kirkham colocar estas questões como problemas da teoria de James, não vejo que isso se dê necessariamente. Primeiro que é possível que James tenha tentado realmente dizer que uma crença

verdadeira pode ser útil de diversas formas, ou seja, poderia haver várias maneiras de se observar a utilidade de uma crença. Segundo que não vejo possibilidade de se dizer como chegar a verdade sem dizer algo sobre ela, um projeto de justificação pressupõe, mesmo que não enquanto projeto principal, algum projeto ou, pelo menos, alguma noção metafísica. Como buscar chegar a algum lugar se não tenho idéia do que esse lugar seja?

James (1979), já em suas *conferências sobre o pragmatismo* tenta rebater críticas feitas a ele, julgando principalmente que as mesmas são frutos de incompreensões e que são, antes de qualquer coisa, erradas e injustas aos seus pensamentos. Tomando como problema as confusões e atritos no entendimento a respeito do pragmatismo e de sua noção de verdade, neste breve ensaio tentarei iniciar uma problematização a respeito da compreensão sobre a noção de verdade no pragmatismo de James, entendendo que, apesar de realmente ser de difícil apreensão, a maneira como James entende esse conceito e seu papel dentro do empreendimento humano é um ponto central de sua teoria e proposta epistemológica, sem o qual as mesmas não podem ser adequadamente compreendidas. Este escrito, como parte de um projeto mais amplo que busca debater criticamente uma possível Teoria da Verdade e/ou da Justificação no Pragmatismo Jamesiano, irá tomar a tradução brasileira do *Pragmatism (1906-07)*, publicada sob o título Pragmatismo, no volume sobre William James de 1979 da Coleção Pensadores publicada pela Editora Abril Cultural, focando sobre a Sexta Conferência sobre o Pragmatismo, primeira tentativa de James em sistematizar e contornar sua “Concepção da Verdade no Pragmatismo”. Irei me concentrar na análise deste texto e em como o tema da verdade aparece ali, buscando apontar aspectos importantes e problemáticos do seu tratamento deste tema, dentro do debate sobre a noção de verdade.

Espero com isso não tornar o texto chato, mas estarei a todo momento me remetendo a transcrições literais de seu texto de modo a fundamentar adequadamente os comentários e argumentos desenvolvidos.

## **Argumentos sobre a concepção de verdade no pragmatismo**

Várias críticas são feitas dando conta de que James relativizou exageradamente a idéia de verdade e que suas idéias nos levam ao subjetivismo, ao relativismo, à desconsideração quanto ao mundo objetivo, e à minimização do senso de critério e rigor na ciência, ao associar a verdade àquilo que seria puramente satisfatório e útil para algum indivíduo. Penso que, acatando as críticas de Kirkham (2003) e de Abe (1991) de que James foi pouco criterioso e conciso na forma como apresentou suas idéias sobre o pragmatismo e sobre a verdade, uma leitura mais cuidadosa de seus textos mostram que não é com tal simplicidade que podemos enquadrar seu pragmatismo e sua concepção de verdade dentro de categorias e rótulos simples que, apesar de parecerem adequados a manuais e livros introdutórios gerais, não fazem justiça à sua proposta e à sua contribuição à filosofia da ciência.

Uma primeira questão que considero importante discutir é quanto a forma como James considera a realidade objetiva em sua relação com a verdade de nossas crenças. Esse é, sem dúvida, um dos pontos mais controversos e sujeitos a dificuldades de compreensão em sua concepção de verdade. James não aceita uma definição realista comum, que implica em dizer que a verdade de uma proposição é função exclusiva do objeto real e independente daquele que o conhece. Mas também é claro em dizer que não desconsidera a realidade objetiva. Já no início de sua sexta conferência sobre o pragmatismo ele estabelece

sua primeira definição de verdade, mostrando concordar a princípio com os racionalistas, quanto ao compromisso com “a realidade”, mas já trazendo o problema das definições dos termos (1979, p.71):

A verdade, como qualquer dicionário pode mostrar, é uma propriedade de certas idéias nossas. Significa o seu “acordo”, como a falsidade significa o seu desacordo, com a ‘realidade’. Tanto os pragmatistas quanto os intelectualistas aceitam essa definição como ponto pacífico. Só começam a discordar quando é levantada a questão relativa ao que se pode precisamente entender pelo termo ‘acordo’ e pelo termo ‘realidade’, quando a realidade é tomada como alguma coisa com a qual nossas idéias devem concordar.

Nesse aspecto, o crucial ao entendimento da concepção de James é buscar compreender como ele entende e trabalha com os conceitos de “acordo” e de “realidade”, e quais as pistas que James propõe para avaliar estes mesmos termos, o que fica claro nos trechos a seguir, demonstrando como a exigência de acordo enquanto algum tipo de cópia ou correspondência de tipo literal é problemático, em muitos casos (1979, p.72):

A noção popular é a de que uma idéia verdadeira deve copiar a realidade. Como outras concepções populares, segue esta a analogia com as experiências mais usuais. Nossas idéias de coisas sensíveis copiam-nas, na verdade. Fechem-se os olhos e pense-se no relógio de parede, pendurado logo ali, e tem-se um quadro verdadeiro ou cópia de seu mostrador [...] e quando se fala de ‘função de marcação de tempo’ do relógio, ou da elasticidade de suas molas, é difícil ver exatamente o que suas idéias podem copiar.

Percebe-se que há nisso um problema. Onde nossas idéias não podem copiar definidamente seu objeto, que significa a concordância com aquele objeto?

James atribui aos intelectualistas “a grande suposição de que a verdade significa essencialmente uma relação estática inerte”. Ele diz que estes pensadores acreditam que quando chegamos a uma ideia verdadeira sobre algo chegamos ao fim de nosso caminho, posto que estaríamos de posse da verdade. James opõe sua noção pragmatista à este tipo de noção racionalista, o que parece um bom ponto de partida para delinear sua noção de acordo. Ele diz que o pragmatista deve fazer a pergunta habitual: “Supondo-se que uma ideia ou crença seja verdadeira [...] que diferença concreta, em sendo verdadeira, fará na vida real de alguém? [...] Que diferenças serão diferentes daquelas que prevaleceriam se a crença fosse falsa?” (1979, p.72).

Veja que o pilar do pragmatismo, a busca do potencial prático da crença, da diferença concreta e relevante, já é posto como central para o entendimento a respeito da noção de verdade. E logo em seguida James já mostra uma reestruturação do significado de verdade seguindo sua preocupação com o valor prático das idéias. Vemos que aqui James desenha um entendimento da idéia de “acordo” como algo relativo a assimilação, corroboração e verificação entre a idéia e a realidade (1979, p.72):

*... As ideias verdadeiras são aquelas que podemos assimilar, validar, corroborar e verificar. As idéias falsas são aquelas com as quais não podemos agir assim. Essa é a diferença prática que nos faz ter idéias verdadeiras; esse, portanto, é o significado da verdade...*

E segue atacando a ideia de verdade, defendida pelos racionalistas, enquanto uma propriedade estática, defendendo um entendimento dinâmico e processual do termo, sendo importante destacar que ele mantém a necessidade de verificação, não descansando na ideia de satisfação, como foi tantas vezes acusado. A noção clara de que “a verdade de uma ideia não é uma propriedade estagnada nessa ideia” é primordial para James. Ele defende uma noção de verdade que “acontece

ser a verdade a uma ideia”. Para ele uma ideia claramente “*torna-se verdadeira, é feita verdadeira pelos acontecimentos*”. Se não entendemos que a verdade no pragmatismo jamesiano é um evento, um processo, e, como James insiste, um processo de *verificação*, não conseguiremos compreender a importância de suas contribuições ao estudo sobre a verdade e ao projeto de justificação do conhecimento (1979, p.72).

O entendimento da verdade como um instrumento de ação valioso, sua conexão com razões de ordem prática, levam James a desenvolver sua conexão entre verdade e utilidade e satisfação de nossas necessidades. Para James é notória a importância para a vida humana do fato de termos crenças verdadeiras. Ele entende que nós “vivemos em um mundo de realidades que podem ser infinitamente úteis ou infinitamente danosas” e é um dever humano procurar pelas ideias com quais podemos contar, as ideias que contam como verdadeiras. Veja que James não entende a verdade como um fim em si mesmo. Ele a coloca como “um meio preliminar em direção a outras satisfações vitais”. Seu exemplo apesar de simplista é esclarecedor a este respeito (1979, p.73):

Se estou perdido na floresta e faminto, e dou com o que parece uma trilha de gado, é da maior importância que eu pense em uma habitação humana ao fim da mesma, pois, se assim faço, e ajo, salvo-me. O pensamento verdadeiro é útil aqui porque a casa, que é seu objeto, é útil. O valor prático de idéias verdadeiras é, pois, derivado primariamente da importância de seus objetos para nós.

Essa relação entre verdade e utilidade se submete a muitas críticas, e algumas delas dão conta de que James justifica o verdadeiro pela simples utilidade, e defendem que uma idéia é útil por ser verdadeira e não o contrário, de forma que dizer que é útil não justificaria dizer que é verdade. Essa é, por exemplo uma crítica que Blackburn (2006) faz à tese do pragmatismo. Ele diz que uma ideia não é verdadeira por ser útil, mas que é útil por ser verdadeira, admitindo a utilidade como trivial e sem

função para a determinação do valor de verdade das crenças. James trata desse ponto buscando demonstrar que essa oposição é sem sentido, que dizer que uma ideia é útil por ser verdadeira ou que é verdadeira por que é útil significa a mesma coisa e, veja, é dizer que uma ideia “pode ser verificada”. Qualquer ideia que iniciou seu processo de verificação enquanto verdadeira é útil ao completar sua função na experiência. Sua conclusão apresenta uma forte marca naturalista e evolucionista quando ele diz que “as ideias verdadeiras jamais teriam sido isoladas como tais [...] a não ser que tivessem sido úteis” (1979, p.73).

A idéia de utilidade para James não está acima da questão da concordância com a realidade, mas deve ser entendida mais como uma pista dessa concordância e menos como um substituto para deste critério. Veja como, em suas palavras, o critério de concordância é entendido como um critério coercitivo, entendimento que entraria em contradição com uma noção de que apenas a utilidade (desconectada do critério de correspondência) deveria ser considerada. Em suas palavras, “nossas ideias devem concordar com as realidades, sejam concretas ou abstratas, sejam fatos ou princípios, sob pena de interminável desarmonia e frustração” (1979, p.75). A grande questão é que James não parece entender a concepção de concordância dentro de um quadro descritivo literal, como se fosse possível à nossas idéias descreverem literal e imagetivamente, uma realidade estática e independente do homem.

Ao mesmo tempo em que James questiona a noção tradicional e realista e concordância, ele também traz considerações coerentistas em sua visão, quando diz que novas idéias devem levar em conta as verdades já possuídas. Para ele, “as realidades significam fatos concretos ou espécies abstratas de coisas e relações percebidas”, mas também “significam [...] o corpo inteiro de outras verdades já possuídas por nós”. E James é claro em defender que nossas ideias devem levar essas realidades em conta (1979, p.76).



A exigência de concordância com a realidade é proposta por James em vários níveis. Primeiramente, ele diz, “concordar significa copiar”. Esse é o caso das coisas sensíveis, observáveis. Quando digo que o gato está sobre o tapete, deve haver um gato, um tapete, e um gato sobre o tapete. James não iria contra essa ideia realista comum. Mas James percebe que muitas de nossas ideias não se referem a coisas sensíveis e observáveis, tornando a exigência acima mais complicada de se seguir. Daí ele propõe que “Concordar em um mais amplo sentido com a realidade só pode significar ser guiado diretamente a ela ou aos seus arredores, ou ser colocado em tal relação de trabalho de modo a poder operá-la ou a alguma coisa que lhe esteja ligada... Melhor intelectualmente ou praticamente!”. O critério pragmático aqui funciona como uma pista para a concordância, mesmo que assumida metodológica ou transitoriamente. Ele segue defendendo que “copiar uma realidade, na verdade, é uma maneira bem importante de concordar com a mesma, longe, porém, de ser essencial. O essencial é o processo de ser guiado”. E em seguida ele prossegue com uma consideração certamente polêmica e motivo de grandes controvérsias (1979, p.76):

Qualquer idéia que nos ajude a lidar, prática ou intelectualmente, com a realidade ou seus pertences, que não perturba nosso progresso com frustrações, que ajusta, de fato, e adapta nossa vida ao cenário geral da realidade, concordará suficientemente em satisfazer o requisito. Manterá a verdade daquela realidade.

Essa forma de compreender a concordância com a realidade é importante, pois como James diz, “A esmagadora maioria de nossas idéias verdadeiras não admite verificação direta ou face a face” p77. Como saber se nossas idéias concordam com a realidade no sentido de copiá-la adequadamente, é um processo difícil, até inviável em boa parte de nossas experiências - a saber, aquelas experiências que não admitem verificação direta - a noção de ser guiado adequadamente

por uma ideia que trabalha adequadamente, que nos ajuda a lidar, pratica ou intelectualmente com uma realidade considerada, funciona como pista de que nossas ideias concordam com aquela realidade em um sentido amplo.

Gostaria de esclarecer aqui que a discussão de James a respeito do tema da verdade deve ser lida dentro de um projeto epistemológico, para uma filosofia do conhecimento, e não apenas dentro da discussão da filosofia analítica ou da linguagem. Seus argumentos sobre ideias que guiam “adequadamente”, que trabalham “adequadamente”, que nos ajudam a lidar “adequadamente” com a realidade, levam James a discutir sobre a verdade de crenças complexas, de hipóteses, de teorias, enquanto método de trabalho na presença de conflitos no âmbito do conhecimento, do discurso e da manipulação da realidade. James não está trabalhando a favor de critérios de verdade de uma proposição, do ponto de vista que se trabalha em filosofia da linguagem, em filosofia analítica e em semântica. O ponto principal em James deve ser entendido como uma preocupação com o caráter funcional de uma crença. James é claro ao dizer que sobre uma mesma coisa podemos ter diversas teorias conflitantes e igualmente verificáveis, onde teremos que lançar mão do poder que elas possuem para trabalhar, para funcionar, enfim; e funcionar seria a pista de verdade de uma teoria em particular. Veja que, em suas palavras, a ideia de funcionar não é algo fácil como pode parecer. O lugar da subjetividade também é tocado aqui, não como um critério único de verdade, mas algo que podemos entender como um tipo de critério desempate provisório quando teorias rivais são igualmente compatíveis com as demais verdades que conhecemos e com os mecanismos de verificação possíveis (1979, p.78):

Devemos encontrar uma teoria que *funcione*; e isso significa algo extremamente difícil; pois nossa teoria deve mediar entre todas as verdades prévias e certas experiências novas. Deve perturbar o menos

possível o senso comum e a crença anterior, e deve levar a algum término perceptível ou a outro que possa ser verificado exatamente. Esses dois objetivos é que significam *funcionar*; e a área de folga é tão reduzida, que há pouco espaço livre para qualquer hipótese. Nossas teorias são fechadas e controladas como nenhuma outra coisa o é. Às vezes, entretanto, fórmulas teóricas como alternativas são igualmente compatíveis com todas as verdades que conhecemos, e então escolhemos dentre as mesmas por razões subjetivas. Escolhemos o tipo de teoria à qual já nos mostramos parciais; seguimos ‘elegância’ ou ‘economia’ [...]. A verdade na ciência é o que nos dá o máximo possível de satisfação, inclusive gosto, mas propriedade, junto com a verdade prévia e o fato novo, é sempre o agente mais imperativo.

E podemos também tirar de seu argumento sua defesa do pluralismo e certo deflacionamento da idéia tradicional de verdade, além de algo central em seu pragmatismo, o caráter efêmero e processual da verdade, como algo que é feito no curso dos acontecimentos. Se podemos dizer que James é contra alguma concepção de verdade dizemos que ela é contra qualquer concepção de verdade enquanto destino absoluto, enquanto correspondência absoluta com uma realidade absoluta. Se tomarmos esse sentido de verdade sua posição é claramente deflacionária. Essa verdade não importa para James, pois ele não aceita nem mesmo que haja uma realidade absoluta com a qual nossas crenças pudessem concordar. A própria realidade para ele está em construção, é também processual. E assim, estamos sempre submetidos à possibilidade de, posteriormente, chegarmos a uma verdade potencialmente melhor, assim como podemos abordar a realidade de diversas formas e assim produzir várias verdades sobre uma mesma realidade. Em outras palavras, todo “relato de verdade é um relato de verdades no plural”. James entende que a noção de “‘absolutamente’ verdadeiro, significando o que nenhuma experiência posterior jamais alterará, é aquele ponto difuso ideal para

o qual imaginamos que todas as nossas verdades um dia convergirão”. E ele não nega isto enquanto possibilidade, mas alega que enquanto não chegamos nesse ponto (e não saberemos se chegarmos) “temos de viver hoje com a verdade que podemos ter hoje”, estando abertos sempre a amanhã descobrir que eram falsas. Ele dá diversos exemplos, da astronomia ptolemaica à metafísica escolástica, colocando que foram a solução por séculos, mas foram superadas. Naquele momento eram tidas por verdadeiras, e agora são tidas somente como “relativamente verdadeiras, ou verdadeiras dentro daqueles limites de experiência”. Se tratarmos a verdade com a exigência de ser verdade absoluta, eram falsas (1979, p.78, 80).

Essa realidade dinâmica e não absoluta e as verdades igualmente dinâmicas e não absolutas que podem vir a ser ditas sobre ela apresentam uma dupla influência, mas uma vez demonstrando que o pragmatismo deve considerar seriamente a realidade, uma vez que “as verdades emergem dos fatos”. Por outro lado é importante esclarecer, apesar de parecer trivial, que James não considera os fatos em si mesmos como verdadeiros, estes “simplesmente são”. A verdade é avaliada em “função das crenças que começam e terminam entre eles [os fatos]” (1979, p.81):

Três questões merecem ser realçadas aqui. O primeiro ponto diz respeito ao pluralismo defendido por James. Este tem sido o principal motivo pelo qual James tem sido tomado por relativista. O relativismo ganhou ao longo da história da filosofia contornos de uma defesa de que tudo pode, de que toda verdade é relativa e de que se não posso garantir minha crença como mais objetivamente justificada do que a sua (exigência cética) então minha crença é tão verdadeira quanto a sua e não há mais o que debater, chegou-se ao fim da questão. A defesa do pluralismo não deve ser entendida nesse sentido, mas no sentido de que sobre um mesmo objeto podemos tecer diversas descrições, não

contraditórias, mas descrições sobre diferentes aspectos ou dimensões do mesmo objeto e que servirão a diferentes propósitos em diferentes contextos, cada uma devendo ser analisada a partir de seu contexto e de seus propósitos. Posso descrever um ser humano do ponto de vista da química, da histologia, da fisiologia, da neurologia, da mecânica, da psicologia etc. James nesse sentido é não reducionista. Para ele não podemos reduzir psicologia a neurologia, fisiologia a mecânica e assim por diante, pois seus propósitos e limites são diferentes.

Uma segunda questão diz respeito à relação de James com a noção de verdade absoluta. Tradicionalmente o termo verdade implica na aceitação implícita do qualificativo absoluto. Verdade só é verdade se é absoluta. E por conta dessa exigência conceitual para a noção de verdade se justificou toda disputa na história da filosofia entre céticos, de um lado, e os que defendem a possibilidade de conhecimento certo e indubitável, de outro. O que James faz, e nisso ele se assemelha ao relativista, é reduzir o valor da verdade. Ele permanece com o termo mais o livra da vinculação necessária com o qualificativo absoluto. Ele fala de verdades em termos de verdades parciais, ou provisórias, e de verdades absolutas. E se posiciona em relação a estes dois tipos de verdade afirmando que nunca podemos garantir que chegamos ao segundo tipo, e que, por princípio, metodologicamente, devemos nos contentar com a primeira, trabalhar com ela o melhor que pudermos, posto que precisamos viver hoje, e não esperarmos atingir as verdades absolutas para começarmos a viver. Seu recado mais importante é uma postura de humildade epistemológica, assumindo o princípio de que nossas verdades são parciais e provisórias. E que estamos fadados a ver nossas verdades darem lugar a verdades mais completas que elas, à medida que prosseguimos no processo de verificação e de experimentação, usando nossas verdades provisórias. Todo o problema em torno disto é que James não desenvolve suas ideias de

maneira linear e de maneira precisa e com rigor em sua argumentação. E como em filosofia a qualidade da argumentação é tudo o que temos, James, ao não se preocupar adequadamente com a qualidade de sua argumentação, baixou a guarda para todo tipo de ataque e crítica.

A terceira questão é absolutamente indispensável para entender o projeto de James. James está comprometido com o mundo humano, com o empreendimento humano, e, por isso, a noção de realidade só deve ser entendida enquanto “realidade experimentável”. Não importaria para ele uma realidade que, mesmo que existisse, não tivesse alguma relação com a experiência humana. É importante entender isso para compreendermos com o que James estava comprometido quando elabora sua versão do pragmatismo e seu entendimento sobre a verdade e a justificação de nossas crenças. Ainda como fruto de seu comprometimento com o empreendimento humano considero pertinente apresentar a defesa e justificação de James a respeito de sua associação entre a noção de verdade e de bem. Em resumo, apesar da facilidade com que essa associação pode levar a entendimentos problemáticos para uma epistemologia séria, o sentido que James dá a essa associação é o de que a verdade, analisada a longo prazo, opera beneficentemente e a falsidade não, o que implica que somos compelidos a evitar a crença falsa e a buscar a crença verdadeira, nos termos de James “imperativamente” (1979, p.83).

Por fim, quero trazer um último trecho desta conferência em que, a parte das ambigüidades e imprecisões de alguns argumentos de James, este tenta rebater fortemente algumas críticas que lhe foram feitas, e aos demais pragmatistas, alegando que as mesmas parecem não considerar uma leitura minimamente cuidadosa de seus textos, retirando falas de seu contexto e enquadrando-o em ideias que ele insiste não ter defendido. Veja como ele próprio traz essa questão ao mesmo tempo

em que insiste que a posição pragmatista está fortemente imersa no controle objetivo e do mundo dos sentidos (1979, p.84):

Quando Berkeley explicou o que as pessoas entendiam por matéria, pensou-se que negava a existência da matéria. Quando Schiller e Dewey explicam o que as pessoas entendem por verdade, são acusados de negar sua existência. Os pragmatistas destroem todos os padrões objetivos, dizem os críticos, e põem loucura e sabedoria no mesmo nível. Uma fórmula favorita para descrever-nos, a mim e a Schiller, quanto a nossas doutrinas, é que somos pessoas que pensam que, por dizerem o que quer que seja agradável dizer, e chamarem a isso de verdade, preenchemos cada requisito pragmático.

Deixo aos outros julgarem se isso não é uma descarada calúnia. Enquadrado, como o pragmatista mais do que ninguém se vê, entre o corpo inteiro de verdades fundamentadas pressionando do passado, e as coerções do mundo do senso sobre ele, quem melhor do que ele sente a imensa pressão do controle objetivo sob o qual nossos espíritos realizam suas operações? Se qualquer pessoa imagina que essa lei é frouxa, que agüente o seu preceito por um dia, diz Emerson. Temos ouvido falar muito ultimamente do emprego da imaginação na ciência. Está mais do que em cima da hora para exigir o uso de pouca imaginação na ciência. A má vontade de alguns de nossos críticos no sentido de ler, a não ser qualquer dos mais tolos dos possíveis significados de nossos pronunciamentos, é tão vergonhosa para suas imaginações quanto qualquer coisa que eu conheça na história filosófica recente.

Entendo as limitações dos argumentos apresentados, uma vez forjados a partir de um único texto, e dada a complexidade da obra de James. O que pretendi demonstrar aqui é a dificuldade com que nos deparamos ao tentarmos simplificar o pensamento de um autor, particularmente uma tese tão delicada quanto a do pragmatismo e de seu tratamento da verdade. Categorias comuns claramente não nos servem aqui. Não podemos dizer, sem nos colocarmos em risco, que James era um realista, tal qual se entende tradicionalmente

pelo termo. Mas também não podemos simplesmente acusá-lo de desconsiderar o controle da realidade sobre o conhecimento sem sermos injustos com o seu projeto.

O mesmo pode ser dito quanto às tentativas de classificá-lo com subjetivista. Mas também ele certamente não é um objetivista como tradicionalmente se espera de um objetivista. O pragmatismo de James, assim como qualquer sistema filosófico bem estudado não se preza a classificações simplistas, ao modo dos manuais e livros de introdução. E a discussão sobre o entendimento pragmático da verdade iniciada neste breve escrito deverá encaminhar uma discussão muito mais cuidadosa e ampla, tomando o conjunto de sua obra em que o tema da verdade é exposto e o colocando dentro de uma discussão mais ampla sobre o lugar de uma teoria da verdade e da justificação e de sua importância para a discussão epistemológica.

## Referências bibliográficas

ABE, J. M. Verdade Pragmática. In: Estudos Avançados, v. 5, n. 12, p.161-171, ago. 1991, São Paulo. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141991000200010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000200010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 05 set. 2010.

BLACKBURN, S. *Verdade: Um Guia para os Perplexos*. Trad. Marilene Tombini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

JAMES, W. *Pragmatismo e Outros textos*. Tradução de Jorge Caetano da Silva e Pablo Rúben Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

KIRKHAM, R. L. *Teorias da Verdade: Uma Introdução Crítica*.

Tradução de: Alessandro Zir. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003. (Coleção Idéias V. 10)